

**EDUCAR PARA AS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS NA EDUCAÇÃO
INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE PRÁTICAS EDUCATIVAS QUE
VALORIZEM HISTÓRIAS E CULTURAS AFRO-BRASILEIRAS E
AFRICANAS**

**EDUCATING FOR ETHNIC-RACIAL RELATIONS IN EARLY CHILDHOOD
EDUCATION: REFLECTIONS ON EDUCATIONAL PRACTICES THAT
VALUE AFRO-BRAZILIAN AND AFRICAN HISTORIES AND CULTURES**

**EDUCAR PARA LAS RELACIONES ÉTNICO-RACIALES EN LA
EDUCACIÓN INFANTIL: REFLEXIONES SOBRE PRÁCTICAS
EDUCATIVAS QUE VALORAN LAS HISTORIAS Y CULTURAS
AFROBRASILEÑAS Y AFRICANAS**

**Ana Paula Araújo Câmara de Medeiros¹; Mayara Araújo de Medeiros²; Arthur
Cassio de Oliveira Vieira³.**

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, Brasil. Email:
anapaulacamara566@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-3510-4263>

² Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, Brasil. Email:
mayaramdrs481@gmail.com

ORCID: <https://orcid.org/0009-0006-3185-6241>

³ Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Caicó/RN, Brasil. Email:
arthur.oliveira@ufrn.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-2903-8534>

RESUMO

A discriminação racial configura-se como uma prática social de profundas raízes históricas no contexto brasileiro, cuja permanência se manifesta de forma naturalizada nos espaços escolares em decorrência do racismo estrutural que perpassa a sociedade. Neste sentido, o presente artigo propõe uma reflexão acerca da relevância da formação docente e das práticas pedagógicas comprometidas com a valorização da diversidade étnico-racial desde os primeiros anos da educação básica. O objetivo central deste estudo consiste em discutir e analisar as especificidades e as possíveis articulações entre educação e identidade negra, concebendo ambas como categorias historicamente, socialmente e culturalmente constituídas. Fundamentado em uma abordagem qualitativa e descritiva, o trabalho busca compreender de que maneira a escola pode configurar-se como um espaço de reconhecimento, acolhimento e celebração das diferenças, contribuindo, assim, para o enfrentamento do racismo e da desconstrução de estereótipos. Defende-se que os professores da Educação Infantil desempenham papel primordial na construção de identidades positivas, promovendo o sentimento de pertencimento étnico-racial e o respeito à pluralidade cultural. Ademais, ressalta-se que a efetivação da educação das relações étnico-raciais demanda uma formação docente crítica, reflexiva e contínua, capaz de integrar as histórias e culturas afro-brasileiras e africanas como dimensões estruturantes das práticas pedagógicas e do currículo escolar. Para que essa educação cumpra efetivamente sua função enquanto prática social

transformadora, que busca promover equidade e reconhecimento, torna-se necessário refletir sobre o processo de formação docente e sobre a maneira como as teorias e as práticas se articulam, tanto nos espaços formativos quanto na efetivação das ações pedagógicas.

Palavras chave: Relações étnico-raciais; Práticas pedagógicas; Educação Infantil; Formação docente.

ABSTRACT

Racial discrimination is a deeply rooted social practice in Brazil, whose persistence is manifested in a naturalized way in school spaces due to the structural racism that permeates society. In this sense, this article proposes a reflection on the relevance of teacher training and pedagogical practices committed to valuing ethnic-racial diversity from the early years of basic education. The central objective of this study is to discuss and analyze the specificities and possible articulations between education and Black identity, conceiving both as historically, socially, and culturally constituted categories. Based on a qualitative and descriptive approach, the work seeks to understand how the school can be configured as a space for recognition, acceptance, and celebration of differences, thus contributing to confronting racism and deconstructing stereotypes. It argues that early childhood education teachers play a fundamental role in the construction of positive identities, promoting a sense of ethnic-racial belonging and respect for cultural plurality. Furthermore, it is important to emphasize that the effective implementation of education on ethnic-racial relations demands critical, reflective, and continuous teacher training, capable of integrating Afro-Brazilian and African histories and cultures as structuring dimensions of pedagogical practices and the school curriculum. For this education to effectively fulfill its function as a transformative social practice that seeks to promote equity and recognition, it is necessary to reflect on the teacher training process and on how theories and practices are articulated, both in training spaces and in the implementation of pedagogical actions.

Keywords: Ethnic-racial relations; Pedagogical practices; Early childhood education; Teacher training.

RESUMEN

La discriminación racial es una práctica social profundamente arraigada en Brasil, cuya persistencia se manifiesta de forma naturalizada en los espacios escolares debido al racismo estructural que permea la sociedad. En este sentido, este artículo propone una reflexión sobre la relevancia de la formación docente y las prácticas pedagógicas comprometidas con la valoración de la diversidad étnico-racial desde los primeros años de la educación básica. El objetivo central de este estudio es discutir y analizar las especificidades y posibles articulaciones entre la educación y la identidad negra, concibiéndolas como categorías histórica, social y culturalmente constituidas. A partir de un enfoque cualitativo y descriptivo, el trabajo busca comprender cómo la escuela puede configurarse como un espacio de reconocimiento, aceptación y celebración de las

diferencias, contribuyendo así a la lucha contra el racismo y a la deconstrucción de estereotipos. Argumenta que el profesorado de educación infantil desempeña un papel fundamental en la construcción de identidades positivas, promoviendo un sentido de pertenencia étnico-racial y el respeto por la pluralidad cultural. Además, es importante destacar que la implementación efectiva de la educación sobre las relaciones étnico-raciales exige una formación docente crítica, reflexiva y continua, capaz de integrar las historias y culturas afrobrasileñas y africanas como dimensiones estructurantes de las prácticas pedagógicas y del currículo escolar. Para que esta educación cumpla eficazmente su función como práctica social transformadora que busca promover la equidad y el reconocimiento, es necesario reflexionar sobre el proceso de formación docente y sobre cómo se articulan las teorías y las prácticas, tanto en los espacios de formación como en la implementación de las acciones pedagógicas.

Palabras clave: Relaciones étnico-raciales; Prácticas pedagógicas; Educación infantil; Formación docente.

INTRODUÇÃO

No âmbito educacional brasileiro, observa-se a persistente sub-representação da população negra, tanto nos currículos quanto nas práticas pedagógicas. A história, a cultura e os saberes afro-brasileiros e africanos, quando presentes, frequentemente aparecem de forma superficial, estereotipada ou desvinculada de uma abordagem crítica. Essa ausência de representatividade impacta diretamente a visibilidade da cultura e da história afro-brasileira e africana, que, historicamente, têm sido marginalizadas nesse espaço. Esse processo de invisibilização resulta de uma construção histórica marcada pela predominância de uma perspectiva eurocêntrica, que toma referências europeias como centrais na organização do conhecimento escolar, contribuindo para o apagamento das contribuições da população negra na formação da sociedade brasileira. Soma-se a esse cenário, a ausência de políticas consistentes de formação inicial e continuada de professores, bem como a falta de práticas pedagógicas comprometidas com uma educação antirracista, reforçando a reprodução do racismo no cotidiano das instituições de ensino desde os primeiros anos da Educação Infantil, dificultando a promoção da equidade racial e a valorização da diversidade no ambiente escolar.

As nossas inquietações sobre as relações étnico raciais surgiram a partir das vivências como futuras professoras ao observar o cotidiano das escolas e especialmente o que ocorre na educação infantil no trato das questões raciais - a (in)visibilidade do patrimônio cultural negro e indígena, a fala das crianças, bem como o silêncio dos

professores diante dos conflitos étnico-raciais que ocorrem nessa etapa da educação básica.

As experiências vivenciadas ao longo da formação no curso de Pedagogia fortaleceram a motivação para investigar a referida temática, ao revelar que, embora o debate sobre as relações raciais na Educação Infantil esteja presente na literatura acadêmica e nos documentos oficiais, ainda persistem práticas de racismo, preconceito e discriminação racial no cotidiano da sala de aula. Tais práticas manifestam-se, muitas vezes, de forma sutil e naturalizada nas ações pedagógicas e nas interações sociais, seja na relação entre professor e criança, entre as próprias crianças ou entre as crianças e os demais sujeitos que compõem o ambiente escolar. Essas manifestações podem ser observadas em diferentes momentos e contextos, como nas rodas de conversa, na contação de histórias, na escolha de papéis em eventos escolares, nas “brincadeiras”, nos apelidos, nos desenhos produzidos e nos cartazes colados nas paredes da escola, evidenciando a necessidade de uma reflexão crítica sobre o papel da instituição escolar e dos profissionais da educação na promoção da equidade racial desde a infância.

A Educação Infantil, por ser concebida como “primeira etapa da educação básica, que tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança de até 5 anos, em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (BRASIL, 2013), é decisiva para o desenvolvimento integral da criança. Ela tem um papel fundamental na formação das crianças, partindo da compreensão de que esse período é extremamente significativo na constituição do indivíduo, o que torna indispensável a promoção de uma educação voltada para as relações étnico raciais desde a primeira infância. Tal necessidade se justifica pelo fato de que, ainda muito cedo, as crianças passam a reproduzir relações sociais vivenciadas em seus contextos e a construir percepções que envolvem hierarquizações de pertencimento racial, de classe e de gênero.

O objetivo deste artigo é analisar e discutir as relações étnico-raciais na Educação Infantil, na dupla perspectiva da formação dos professores e da implementação de práticas pedagógicas que promovam a igualdade racial desde os primeiros anos de escolarização. Busca-se compreender de que maneira a atuação docente, aliada a uma formação adequada e contínua, pode contribuir para a valorização da diversidade, o fortalecimento das identidades étnico-raciais e a construção de um ambiente educativo pautado no respeito, na inclusão e na superação de preconceitos. Diante disso, discute-se a formação dos professores, destacando seus desafios e

implicações. Posteriormente, são apresentadas e analisadas pesquisas que abordam as relações étnico-raciais na Educação Infantil e sua articulação com as políticas públicas implementadas no Brasil a partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (art. 26) no Brasil.

O ser criança: infância, identidade e diversidade

As concepções de criança e infância registradas ao longo da história exercem influência direta sobre as formas como esses dois conceitos são percebidos socialmente, e isso impacta diretamente no contexto escolar da Educação Infantil. Ser criança historicamente carrega a marca da invisibilidade, da desqualificação, de um vir-a-ser adulto. Hoje, se faz necessário romper com essas visões tradicionais de prescrição e controle para nos fazer questionar o lugar que a criança ocupa na sociedade dos adultos. Assim, compreender historicamente tais concepções torna-se fundamental para problematizar práticas ainda marcadas por visões adultocêntricas e para a construção de propostas pedagógicas mais inclusivas, sensíveis à diversidade e comprometidas com o desenvolvimento integral da criança. Desconsiderar essa diversidade implica, frequentemente, submeter as crianças a um modelo homogêneo, orientado por padrões hegemônicos de etnia, cultura e classe.

As crianças são também seres sociais e, como tais, distribuem-se pelos diversos modos de estratificação social: a classe social, a etnia a que pertencem, a raça, o gênero, a região do globo onde vivem. Os diferentes espaços estruturais diferenciam profundamente as crianças. (SARMENTO, 2005, p.10).

A infância é geralmente considerada como o período inicial da vida de um indivíduo, que vai desde o nascimento até a adolescência. Entretanto, ela constitui-se como um período marcado pela diversidade, considerando que o conceito de infância não é homogêneo, que leva em consideração a heterogeneidade expressa nas diferenças étnicas, raciais, culturais e sociais que atravessam as experiências das crianças. Diante disso, compreendemos que há infâncias e não apenas um único modelo universal de infância.

Todavia, vale ressaltar que a infância é uma fase de desenvolvimento que envolve uma série de mudanças físicas, cognitivas, emocionais e sociais. Durante a infância, as crianças estão em processo de crescimento e desenvolvimento, adquirindo habilidades e construindo sua compreensão do mundo ao seu redor. Diante disso, torna-

se fundamental compreender a infância não como uma etapa meramente preparatória para a vida adulta, mas como um tempo de existência pleno, carregado de significados e experiências próprias. Quando essas diferenças são desconsideradas ou tratadas a partir de práticas discriminatórias, acabam por produzir e reforçar desigualdades desde os primeiros anos de vida.

Essa compreensão amplia o olhar sobre a criança, reconhecendo-a como sujeito social ativo, produtor de cultura e detentor de saberes, repleta de capacidades e potencialidades. Conceber a infância dessa forma implica repensar os projetos de sociedade e, conseqüentemente, as propostas pedagógicas desenvolvidas no âmbito da Educação Infantil. Nessa perspectiva, as práticas educativas devem valorizar as singularidades das crianças, respeitando suas diferenças e promovendo espaços que favoreçam o desenvolvimento integral, a participação e a expressão.

A construção histórica da Educação na Primeira Infância

A Constituição Federal de 1988 reconheceu a Educação Infantil, incluindo as creches, como instituição pública, promovendo a superação de seu caráter predominantemente assistencialista e garantindo às crianças o direito à educação. Antes desse marco legal, o atendimento à infância estava fundamentado em concepções vinculadas à caridade, à filantropia e ao assistencialismo, configurando-se como herança histórica dessas práticas (AQUINO; VASCONCELLOS, 2011, p. 141).

A Educação Infantil passou a integrar-se legalmente ao sistema de ensino como primeira etapa da Educação básica em 1996, com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB/96). Atualmente, a legislação compreende as creches, para crianças de 0 até 3 anos de idade, e as pré-escolas, para crianças de 4 e 5 anos.

O direito à Educação Infantil e sua trajetória tomaram forma organizada no que se refere ao universo da infância. A Educação Infantil configura-se na legislação brasileira como uma etapa primordial na promoção do desenvolvimento humano. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação (1996) (art. 29), ao reconhecer a Educação Infantil como primeira etapa da Educação básica, afirma que ela tem como finalidade “o desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, nos aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade”.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI (2010) retratam as crianças como sujeitos históricos e que possuem direitos, com especificidades que precisam ser consideradas na Educação das crianças de 0 a 6 anos. As DCNEI têm como objetivo subsidiar políticas públicas de promoção da qualidade e expansão da Educação Infantil, com foco na elaboração de orientações para as práticas cotidianas em unidades educacionais, apoiando o desenvolvimento e a autonomia das crianças. As propostas pedagógicas dessa etapa contemplam as funções sociopolítica e pedagógica que indicam para o comprometimento com o rompimento de relações de dominação étnico-racial.

Construindo novas formas de sociabilidade e de subjetividade comprometidas com a ludicidade, a democracia, a sustentabilidade do planeta e com o rompimento de relações de dominação étnica, socioeconômica, étnico-racial e de gênero, regional, linguística e religiosa (BRASIL, 2010, p. 17).

Observamos, nas Diretrizes, o reconhecimento da diversidade cultural. Dentre as propostas pedagógicas contidas nas diretrizes, estão inclusas as que asseguram:

VIII – a apropriação pelas crianças das contribuições histórico-culturais dos povos indígenas, afrodescendentes, asiáticos, europeus e de outros países da América;
IX – o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação; (BRASIL, 2010, p. 20).

As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica, nas quais está inclusa a Educação Infantil, também concedem atenção à diversidade das crianças, demandando a concepção de uma infância plural. No art. 22, § 1º da Seção I destacam a difusão dos princípios de diversidade e pluralidade nessa etapa:

As crianças provêm de diferentes e singulares contextos socioculturais, socioeconômicos e étnicos, por isso devem ter a oportunidade de ser acolhidas e respeitadas pela escola e pelos profissionais da Educação, com base nos princípios da individualidade, igualdade, liberdade, diversidade e pluralidade. (BRASIL, 2013, p. 36).

Nesse contexto, as diretrizes e legislações vigentes reafirmam a responsabilidade das instituições educativas em construir práticas pedagógicas inclusivas, democráticas e antirracistas, capazes de respeitar as diferenças e promover a equidade desde a primeira infância. Assim, a Educação Infantil configura-se como um espaço

privilegiado para a formação de sujeitos críticos, conscientes e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa, plural e igualitária.

O papel da escola infantil na busca da equidade racial

As creches e unidades de Educação Infantil, principalmente as públicas, são espaços privilegiados de encontros de diferentes identidades. Neles, as crianças participam de interações sociais com adultos e outras crianças, constroem cultura, identificam-se como parte da realidade. Nos processos vividos pelas crianças no espaço da Educação Infantil, a forma como são tratadas, aceitas ou não contribuem para que interiorizem imagens que influenciam na construção de suas identidades.

São espaços significativos de socialização nos quais as crianças podem e devem ter acesso ao patrimônio cultural historicamente produzido pela humanidade, e é onde as crianças permanecem por grande parte de seu cotidiano. Nesse contexto, o professor assume um papel fundamental enquanto mediador das interações, das aprendizagens e das relações que se estabelecem no ambiente escolar.

Entretanto, embora esses espaços sejam marcados pela diversidade cultural, social e identitária, observa-se que, com frequência, as especificidades das crianças não são devidamente reconhecidas e valorizadas. Aspectos como a sua historicidade, o contexto no qual elas estão inseridas, o modo como organizam e constroem a vida, a sua ambiência familiar, o seu bairro, suas experiências, o seu modo de falar, de vestir, sua religião, sua condição de gênero, o seu pertencimento racial tendem a ser desconsiderados. Tal desatenção limita a construção de práticas pedagógicas inclusivas e comprometidas com o reconhecimento da diversidade que caracteriza a infância.

A escola é o espaço por excelência onde o patrimônio cultural da humanidade deve ser partilhado, levando em consideração as diferentes culturas que entraram na formação da sociedade, um lugar da participação e do exercício da cidadania.

Educar para as relações étnico-raciais configura-se como um eixo fundamental no enfrentamento do racismo e da discriminação racial presentes na sociedade e que se manifestam, de forma direta ou indireta, no contexto da Educação Infantil. Nesse sentido, torna-se imprescindível a adoção de práticas pedagógicas que contemplem a pluralidade de narrativas históricas e culturais, que sejam contadas a partir de várias

perspectivas, assegurando a visibilidade e a valorização das diferentes culturas no ambiente escolar.

Tal perspectiva requer consonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, “o combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da educação infantil” (BRASIL, 2009, p. 10), as quais orientam a construção de uma educação comprometida com o respeito à diversidade, com a promoção da equidade e com a formação de sujeitos críticos desde a primeira infância.

Para que isso ocorra é necessário que o trabalho em sala de aula passe por estratégias pedagógicas que, ao trabalhar essas questões, fortaleça o seu processo de construção de identidade étnico-racial, propiciando relações sociais mais harmônicas entre os diferentes. Tais estratégias podem ser desenvolvidas no cotidiano escolar de forma contextualizada, a partir dos conhecimentos prévios e dos interesses das crianças, considerando as especificidades locais e fazendo uso de recursos já disponíveis na própria instituição de ensino. Ademais, destaca-se a relevância da articulação entre escola e família como componente fundamental para a consolidação dessas práticas e para a ampliação dos efeitos formativos desse processo educativo.

As estratégias normalmente utilizadas para trabalhar as relações raciais com crianças pequenas tem sido: roda de conversa, contação de histórias, utilização de vídeos/filmes, música, desenhos diversos (árvore genealógica, retrato, autorretrato), teatro, brincadeiras com bonecas, oficina de trançado de cabelo, resgate das brincadeiras, entre outras. Essas estratégias propiciam momentos significativos de resgate da ancestralidade, da história do seu lugar, do fortalecimento da identidade étnico-racial e de possíveis conflitos raciais, entre outros. E cumprem o seu papel de propiciar momentos onde as diversidades sejam contempladas no espaço da sala de aula.

Nos direitos de aprendizagem e desenvolvimento na Educação Infantil na Base Nacional Comum Curricular – BNCC (2017) estão presentes dois direitos, sendo eles o Conviver e o Conhecer-se que explicitam os direitos das crianças de construção de uma identidade cultural e social.

Conviver com outras crianças e adultos, em pequenos e grandes grupos, utilizando diferentes linguagens, ampliando o conhecimento de si e do outro, o respeito em relação à cultura e às diferenças entre as pessoas.

Conhecer-se e construir sua identidade pessoal, social e cultural, constituindo uma imagem positiva de si e de seus grupos de pertencimento, nas diversas experiências de cuidados, interações, brincadeiras e linguagens vivenciadas na instituição escolar e em seu contexto familiar e comunitário (BRASIL, MEC, 2017, p.35).

Na educação infantil, a ludicidade é a mais poderosa contribuição para a formação e o desenvolvimento da criança. Essas estratégias, quando trabalhadas com intencionalidade, vão progressivamente promovendo conceitos significativos na direção de uma educação antirracista. Importante destacar que nesse estágio da educação as crianças já vivenciam o racismo, por conta da reprodução familiar, dos próprios professores, e da rede social; em que as crianças não entendem o fenômeno, porém, a vivenciam no cotidiano. A Educação Infantil é um espaço rico em estímulos e conhecimentos e o professor deve compreender como ambiente imprescindível a educação antirracista, contribuindo na formação e no desenvolvimento humano de cada criança.

Os desafios para promover uma educação antirracista

A construção de uma educação mais justa e igualitária está diretamente relacionada ao compromisso de educadores e educadoras com uma perspectiva pedagógica voltada para a valorização da diversidade humana. Considerando que a sociedade ainda se estrutura a partir de hierarquias raciais que produzem e reproduzem desigualdades, torna-se fundamental que a educação assuma um papel ativo no enfrentamento dessas injustiças. Embora esse processo de transformação social seja contínuo e esteja em permanente construção, a infância demanda intervenções imediatas. Nesse sentido, é preciso pensar estratégias para assegurar o respeito às crianças negras nas creches e pré-escolas, em que as práticas pedagógicas precisam ser sistemáticas, intensas e intencionalmente orientadas para o reconhecimento e a valorização das diferenças, uma vez que a educação na infância não pode ser adiada e exige ações urgentes e comprometidas.

Entretanto, reconhecemos que o professor não pode assumir esse papel solitariamente, não é suficiente assumir isoladamente a responsabilidade pela incorporação dessa temática no contexto educacional. Trata-se de uma demanda que deve ser institucionalizada, envolvendo de maneira articulada a gestão escolar, as redes municipais de ensino, o corpo docente e a comunidade. Superar a lógica recorrente de

delegar essa discussão a apenas um docente ou a pequenos grupos que possuem identificação com a temática implica compreendê-la como um compromisso coletivo. Assim, sua efetivação exige ações conjuntas e contínuas, sustentadas por uma perspectiva colaborativa e compartilhada no âmbito escolar.

Assim, o Projeto Político-pedagógico que é fruto da reflexão entre a equipe gestora, os profissionais da escola e as famílias deve expressar a concepção de escola que se pretende construir. Em consonância com os documentos oficiais, esse instrumento orientador precisa assegurar a centralidade da diferença no cotidiano escolar, de modo a promover práticas educacionais e a organização dos espaços fundamentadas no reconhecimento, na valorização e na celebração da diversidade. Dessa forma, o PPP configura-se como um elemento essencial para a consolidação de uma educação inclusiva e comprometida com o respeito às diferenças.

Ao abordar essa temática, torna-se inevitável refletir sobre como abordar as questões étnico-raciais na educação infantil de forma que seja significativa para as crianças. A complexidade do tema e a necessidade de considerar o desenvolvimento infantil representam um desafio para os profissionais da área, que precisam encontrar formas adequadas de apresentar essas discussões às crianças, ainda em processo de construção de seus conhecimentos sobre o mundo e sobre si mesmas.

Outro desafio relevante refere-se à insuficiência de formação docente, uma vez que a educação antirracista demanda conhecimentos teóricos e metodológicos específicos, não podendo ser conduzida de forma superficial. Considerando que, especialmente na Educação Infantil, a aprendizagem ocorre de maneira significativa por meio de práticas lúdicas, torna-se imprescindível uma formação inicial e continuada que capacite os professores a desenvolver estratégias pedagógicas adequadas, acessíveis e contextualizadas.

Soma-se a isso a resistência de algumas famílias, que, motivadas por concepções preconceituosas, questionam ou rejeitam a abordagem dessa temática no ambiente educativo. Além disso, a ausência de apoio da gestão escolar, manifestada pela limitação de recursos e materiais didáticos, compromete a implementação dessas ações, evidenciando a necessidade de um compromisso institucional para a consolidação de práticas educativas antirracistas.

A formação dos professores para a promoção da igualdade racial

A formação de professores no Brasil revela um distanciamento significativo entre o que se defende no campo teórico e o que efetivamente se concretiza na prática. Conforme aponta Nóvoa (2007), “Temos um discurso coerente, em muitos aspectos consensual, estamos de acordo quanto ao que é preciso fazer, mas, raramente temos conseguido fazer aquilo que dizemos que é preciso fazer”. Essa realidade torna-se ainda mais evidente no que diz respeito às relações étnico-raciais, temática que permanece ausente em muitos cursos de licenciatura ou é tratada apenas como componente curricular optativo. Tal lacuna é preocupante, sobretudo quando se considera que mais de 50% da população brasileira é composta por pessoas negras, o que reforça a urgência de uma formação docente comprometida com a diversidade e com a promoção da igualdade racial.

A formação de professores é a melhor ferramenta para construir uma escola plural e democrática, com educadores que compreendam seu papel, o papel da escola e as muitas alternativas de que dispõem no sentido de enfrentar e vencer ideologias racistas. Através da formação de professores, é possível estabelecer novas visões sobre as populações negras estigmatizadas durante séculos, romper com as barreiras do senso comum no que diz respeito ao conhecimento das relações étnico-raciais, em um processo de reeducação dessas relações.

A formação inicial e continuada são fundamentais para qualificar o trabalho docente e isso pode ter impactos diretos no processo de promover uma educação antirracista. Nesse sentido, a Universidade tem um papel significativo, pois cabe à mesma garantir que as discussões sobre as questões étnico-raciais estejam presentes na formação inicial dos estudantes das licenciaturas, o que na prática vem ocorrendo muito lentamente; bem como na formação continuada.

Para que abordagens sobre essa temática ocorram de maneira efetiva, torna-se indispensável que o professor busque constante aperfeiçoamento profissional, por meio de cursos, formações e especializações que subsidiem práticas pedagógicas adequadas à faixa etária das crianças. Considerando que a sociedade é construída a partir das vivências e contribuições de diversos grupos culturais, torna-se inadequado limitar o trabalho pedagógico à valorização de uma única cultura. Nesse contexto, cabe ao

professor buscar constantemente o aprimoramento de seus conhecimentos, de modo a enriquecer o processo de ensino e aprendizagem das crianças. O tratamento das relações étnico-raciais na educação infantil exige estratégias didáticas sensíveis e contextualizadas, que podem ser desenvolvidas a partir de diferentes recursos, como a literatura infantil, atividades lúdicas, diálogos, aulas de campo e propostas pedagógicas que estimulem a reflexão e a aprendizagem significativa. Assim, ao se abrir para o diálogo e para a integração de diferentes referências culturais, o educador possibilita que o espaço escolar reconheça e valorize a pluralidade que constitui a sociedade, promovendo uma educação mais inclusiva e significativa.

Entretanto, observa-se que muitos docentes ainda enfrentam dificuldades para abordar essa temática, seja pela ausência de formação específica, seja pela falta de recursos institucionais. Tal realidade evidencia a importância do apoio da escola e da valorização da formação continuada como elemento essencial para a prática docente. Considerando a história do Brasil, marcada pela escravidão, pelo racismo estrutural e pelas desigualdades sociais e culturais, é imprescindível que essas discussões sejam introduzidas desde a infância, possibilitando às crianças o conhecimento de suas origens, ancestralidades e do processo histórico que culmina na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, os programas de formação continuada voltados às relações étnico-raciais assumem papel estratégico na promoção de uma educação inclusiva e antirracista. Iniciativas que abordam as culturas africanas, afro-brasileiras e indígenas contribuem para a desconstrução de práticas discriminatórias e para a valorização da diversidade cultural no ambiente escolar. Além disso, tais formações devem se constituir como espaços de acolhimento, diálogo e reflexão coletiva, favorecendo o desenvolvimento de práticas pedagógicas pautadas no respeito, na empatia e no compromisso com a justiça social.

Políticas Públicas para a Educação Infantil

No contexto da Educação Infantil, o Plano Nacional de Implementação da Lei nº 10.639/03 (BRASIL, 2009) argumenta que os espaços frequentados pelas crianças pequenas são espaços privilegiados para a eliminação de toda e qualquer forma de preconceito, discriminação ou racismo. Nesse contexto, os bebês e as crianças pequenas

necessitam ser estimuladas desde seus primeiros momentos na escola a se envolverem em atividades que conheçam, reconheçam e valorizem a importância dos diferentes grupos raciais na construção da história e da cultura brasileira, pois desde cedo, elas têm condições de aprender e conhecer diferentes realidades, compreendendo que a experiência social do mundo ultrapassa a nossa experiência local, sendo o mundo formado por uma variedade de civilizações, histórias, grupos sociais e raciais.

A Constituição Federal de 1988 e a Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural de 2002 reconhecem a criança como sujeito de direitos, o que implica a necessidade de considerar e respeitar suas múltiplas diferenças, assegurando-lhes igualdade de condições no acesso ao tratamento e à educação. Nessa perspectiva, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (2009) destacam a necessidade do “[...] combate ao racismo e às discriminações de gênero, socioeconômicas, étnico-raciais e religiosas deve ser objeto de constante reflexão e intervenção no cotidiano da Educação Infantil” (BRASIL, 2009, p. 10).

Embora nos dias de hoje conseguimos observar um pequeno avanço nas orientações destinadas a professores e gestores acerca da diversidade étnico-racial na Educação Infantil, as práticas desenvolvidas ainda apresentam limitações significativas. Isso ocorre porque tais ações, em sua maioria, adotam uma abordagem reativa, voltada apenas para a repressão de discriminação e do preconceito. No entanto, a Educação Infantil possui um papel que vai além desse enfrentamento pontual, podendo atuar de forma preventiva e formativa. Ao promover, desde a primeira infância, a valorização das diferenças étnico-raciais, esse nível de ensino contribui para a formação de sujeitos conscientes e para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Práticas pedagógicas para equidade racial na educação infantil

As práticas pedagógicas voltadas à promoção da igualdade racial na Educação Infantil são indispensáveis desde os primeiros anos no contexto escolar, pois possibilitam a criação de experiências significativas de exploração didática, construção de novos conhecimentos e valorização da diversidade. Essas práticas contribuem para que as crianças desenvolvam, de forma progressiva, a compreensão sobre o respeito às diferenças, favorecendo a formação de atitudes pautadas na empatia, na inclusão e no reconhecimento das distintas identidades étnico-raciais.

Quando planejadas e implementadas de forma intencional pelo professor, tais práticas despertam nos alunos a curiosidade acerca de sua própria história e de seus antecedentes culturais, estimulando o interesse pela construção do conhecimento. Além

disso, ao serem inseridas de maneira intencional e contínua no cotidiano escolar, tais práticas auxiliam na desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo um ambiente educativo mais justo e democrático.

Desde cedo, as crianças passam a perceber e questionar as diferenças presentes em si mesmas e nos outros, como a cor da pele, os traços físicos e os tipos de cabelo. Diante dessas indagações, que podem envolver dificuldades de aceitação da própria identidade ou da identidade do outro, torna-se fundamental a atuação atenta e sensível do professor. Cabe ao educador acolher tais questionamentos e mediá-los de forma lúdica e adequada à faixa etária, possibilitando que a criança compreenda, assimile e reflita sobre essas diferenças, aprendendo mais sobre si mesma e sobre o respeito à diversidade. Dessa forma, as intervenções pedagógicas devem ser cuidadosamente planejadas, com foco no fortalecimento da identidade, na valorização da autoestima e na promoção da aceitação das diferenças, contribuindo para a formação integral da criança.

É imprescindível que a práxis do professor considere as especificidades das crianças (negras e brancas), aprimorando o cuidar e o educar, a interação com o meio e a relação mediante brincadeiras, rotinas, material pedagógico, livros e literaturas infantis, refazendo a centralidade do ato de educar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Levando em consideração o objetivo proposto inicialmente, o presente artigo propõe reflexões acerca da formação docente e das práticas pedagógicas que reconheçam e valorizem as relações étnico-raciais desde a primeira infância. Defende-se uma prática pedagógica comprometida com a valorização das diferentes culturas, que vá além da mera transmissão de conteúdos, constituindo-se como base fundamental para que as crianças se desenvolvam livres de preconceitos e possam construir sua identidade de forma positiva. Nesse sentido, torna-se essencial que a temática das relações étnico-raciais seja abordada desde a Educação Infantil, favorecendo a formação de sujeitos capazes de respeitar a diversidade e exercer a empatia nas relações sociais.

Nesse contexto histórico e social, a escola configurou-se e continua sendo um instrumento significativo na manutenção das desigualdades raciais. Visto que ainda hoje ela reforça processos de exclusão social e educacional, nem sempre se comprometendo

de forma efetiva com a garantia de uma educação de qualidade, capaz de atender às especificidades e demandas da população negra.

Diante dessa realidade, muitos educadores tiveram e têm sua formação escolar e acadêmica fundamentada em uma perspectiva eurocêntrica, frequentemente excludente e marcada por práticas preconceituosas. Essas concepções acabam sendo reproduzidas de maneira acrítica em suas ações pedagógicas, desconsiderando a possibilidade de uma educação voltada para as relações étnico-raciais que valorize a cultura e a história da população negra brasileira.

Desse modo, a instituição escolar passa a reproduzir mazelas sociais historicamente construídas, contribuindo para a sua perpetuação no seio da sociedade. Seja de forma consciente ou inconsciente, a escola acaba por colaborar para que crianças negras, vivenciem situações de discriminação racial no próprio espaço escolar, que deveria se constituir como um lugar de acolhimento, respeito e construção de relações sociais positivas.

O objetivo central da pesquisa consiste em reforçar que as relações étnico raciais é a base para uma escola e sociedade democrática, para formar cidadãos críticos, capazes de lutar pelos seus direitos e que conseguem respeitar as circularidade da sociedade. Com a análise realizada conseguimos observar durante todo o estudo para a execução desse artigo que um bom acolhimento e uma boa formação de docentes é possível sim introduzir esse assunto para as crianças logo na educação infantil.

Diante de tudo que estudamos também é evidente a eficácia das leis que garante a educação antirracista para educação infantil, sendo um pilar para assumir como compromisso político a transformação dessas desigualdades implica perceber que esse espaço é formado por uma heterogeneidade de crianças. Emerge a necessidade de que a Educação Infantil propicie aos bebês e crianças mecanismos de afirmação identitária, possibilitando a esses sujeitos a construção de uma imagem mais positiva de si mesmos.

Em síntese, esse estudo destaca a relevância de educar para as relações étnico-raciais, conferindo visibilidade às diferentes culturas no espaço escolar, bem como promovendo o fortalecimento da autoestima das crianças e do processo de construção de sua identidade étnico-racial. Tais ações contribuem para o estabelecimento de relações sociais mais harmônicas entre os diferentes sujeitos, favorecendo,

consequentemente, o desenvolvimento integral da criança e o seu processo de construção do conhecimento.

REFERÊNCIAS:

AQUINO, L. M. M. L. L.; VASCONCELLOS, V. M. R. A integração da educação infantil ao sistema de ensino: exigências e possibilidades pós-LDB. In: SOUZA, D. B.; FARIA, L. C. M. (org.). *Desafios da educação municipal*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003. p. 278-303.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2017.

BRASIL. Constituição da república federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF, 5 out. 1988. Disponível em: . Acesso em: 19 de jan. 2026.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União*: seção 1, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. *Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil*. Brasília: MEC/SEB, 2010.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão. Conselho Nacional de Educação. Diretoria de Currículos e Educação Integral. *Diretrizes curriculares nacionais gerais da educação básica*. Brasília: MEC/SEB/DICEI, 2013.

NÓVOA, Antonio. O Regresso dos Professores. Lisboa, 2007.

_____. Plano nacional de implementação das diretrizes curriculares nacionais para educação das relações étnico-raciais e para o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana. Brasília: MEC, 2009.

SARMENTO, M. J. *Geração e alteridade: interrogação a partir da sociologia da infância*. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 26, n. 91, 2005. p. 361-378.

Submetido em: 17/04/2026

Aceito em: 02/06/2026